

Issn: 1808 - 799X
ano 12, nº 18 – 2014

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A PROMOÇÃO DE SAÚDE: QUALIDADE DE VIDA PARA QUÊ?

Matheus Bernardo Silva¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar uma teorização voltada para a Educação Física escolar pautada em alguns fundamentos do positivismo. Tal teorização tem como perspectiva para essa área do conhecimento a reflexão sobre a promoção de saúde e a intervenção na qualidade de vida do ser humano, levando em consideração os condicionantes da realidade social. Trata-se, ainda, de um estudo introdutório, em que questionamos e contrapomos essa teorização biológica e positivista com base no materialismo histórico-dialético, e concluímos que essa teorização não apresenta proposições para a Educação Física escolar sobre a promoção de saúde e da qualidade de vida, tomando como pressuposto a realidade social, pois refuta os movimentos contraditórios do atual modo de produção capitalista, negando, assim, os condicionantes histórico-sociais desse modo de produção.

Palavras-chave: Trabalho; Qualidade de Vida; Educação Física Escolar.

Abstract

This study aims to analyze a theorization focused on school physical education based on some fundamentals of positivism. Such theorizing has as perspective for this area of knowledge the reflection on health promotion and intervention on quality of life of human beings, taking into account the constraints of social reality. It is also an introductory study, in which we question and we interpose this positivist and biological theorizing based on historical materialism dialectic, and concluded that such theorizing does not present propositions for school physical education on the promotion of health and quality of life, taking as a basis the social reality as contradictory movements refutes the current capitalist mode of production by denying the historical and social conditions of this mode of production.

Keywords: Work; Quality of Life; School Physical Education.

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Email: matheusbernardo25@gmail.com

A lei me assegurou plena igualdade de direitos, porém me recusou meios de conhecê-la. Eu devo depender só da lei, mas minha ignorância me torna dependente de tudo que me cerca. Ensinaaram-me suficientemente na minha infância aquilo que precisa saber, mas, forçado a trabalhar para viver, essas primeiras noções foram rapidamente esquecidas, e só me resta a dor de sentir na minha ignorância, não a vontade da natureza, mas a injustiça da sociedade.

(CONDOCERT)

Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo analisar uma teorização (NAHAS, 2003) voltada para a Educação Física escolar, cujo principal aporte teórico-filosófico se assenta no positivismo. Tal teorização expõe como objeto de estudo, desse componente curricular, a promoção de saúde e da qualidade de vida do ser humano. Para essa teorização, a Educação Física escolar deve cumprir o papel de interferir na promoção de saúde e, com isso, na qualidade de vida do ser humano, ou seja, devem-se apresentar elementos pedagógicos que contribuam para o “esclarecimento” em prol de “atitudes saudáveis” para os indivíduos.

Para realizarmos, ainda de forma introdutória, a análise dessa teorização, nos embasamos no materialismo histórico-dialético. Com isso, situamos que o debate investigativo deste estudo tem como enfoque as determinações do mundo do trabalho. Trata-se de compreender a Educação Física escolar e, por conseguinte, o seu objeto de estudo no bojo dos movimentos contraditórios do atual estágio do modo de produção capitalista, isto é, da acumulação flexível do capital.

Compreendemos que as limitações existentes no bojo do modo de produção hodierno decorrem das ações dos indivíduos. No entanto, esse processo se efetiva de maneira dialética, no qual a sociedade – como um complexo de complexos – interfere nas ações humanas que, por sua vez, interferem nesse complexo.

Pontuamos que para podermos refletir sobre a promoção de saúde e da qualidade de vida dos indivíduos devemos conferir ênfase à análise do atual modo de produção e, destarte, compreender o “espaço” e o “lugar” da Educação Física escolar nesse debate.

De antemão, afirmamos que somente em uma sociedade onde todos os seres humanos disponham da mesma condição de sociabilidade, extinguindo a exploração e a alienação de um ser humano sobre o outro, pode haver a promoção de saúde e a qualidade de vida para todos os indivíduos.

Todavia, a teorização que colocamos em estudo, atrelada aos preceitos positivistas, exclui a possibilidade de apresentar elementos concretos que contribuam para uma mesma condição social. Sendo assim, a Educação Física escolar, subsumida a esse aporte teórico-filosófico, situa-se em uma perspectiva de esvaziamento de possibilidade para a superação do atual modo de produção e, dessa forma, poder haver a promoção de saúde e a qualidade de vida para todos os seres humanos. Na sociedade capitalista a promoção de saúde e a qualidade de vida são mercadorias e, portanto, “consomem-as” apenas aqueles poucos indivíduos que têm a possibilidade ou o “quinhão” de comprá-las.

Educação Física escolar, sob a égide dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, deve, portanto, apresentar subsídios para que se possa perspectivar uma possível igualdade da realidade social e não restringindo-nos apenas para a igualdade formal – como os “lemas” sociais (direito para todos, auxílio para as minorias, apaziguamento de gênero, etc.) proclamam.

Desse modo, a problematização deste estudo se dá nas indagações a seguir arroladas: a Educação Física escolar tem como objeto de estudo a promoção de saúde e a intervenção na qualidade de vida dos seres humanos? Pode haver promoção de saúde e qualidade de vida no bojo do modo de produção capitalista?

Sobre tais indagações, a organização deste artigo estrutura-se em dois blocos: a) apontamentos sobre o atual estágio do modo de produção capitalista;

b) análise crítica sobre a teorização elaborada para a Educação Física escolar que preconiza como objeto de estudo a promoção de saúde e a qualidade de vida dos indivíduos, baseando-se nos posicionamentos positivistas.

No decorrer dessa análise apresentamos a nossa interpretação, fundamentada no materialismo histórico-dialético, sobre o debate da promoção de saúde e da qualidade de vida dos seres humanos na sociedade hodierna. Pois, como bem nos lembra Harvey (2011, p. 07): “Compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos”.

O atual estágio do modo de produção capitalista: implicações na promoção de saúde e da qualidade de vida do ser humano

Antes de adentrarmos especificamente no atual estágio do modo de produção capitalista, isto é, na acumulação flexível do capital, faz-se necessário compreendermos, mesmo que brevemente, o processo social da existência do ser humano.

Para que haja a produção social da sua existência, é necessário que o indivíduo possa satisfazer um conjunto de necessidades propriamente humanas. Essas necessidades vão desde a sua alimentação até a arte, trilhando, assim, pela vestimenta, transporte, moradia, educação, etc. Porém, para que essas necessidades sejam supridas é preciso que o ser humano, enquanto um ser histórico e social, produza elementos que propiciem a satisfação de tais elementos inevitáveis na vida dos indivíduos, o que ocorre por intermédio do *trabalho*. Denominamos esses elementos de meios de subsistência. (TUMOLO, 2013).

Essa possibilidade de satisfazer as necessidades do ser humano ocorre por meio de uma especificidade desse ser, ou seja, por meio da categoria *trabalho*. Essa categoria é a transformação da natureza em proveito das

necessidades criadas histórica e socialmente pelo conjunto dos homens. Na medida em que o trabalho foi sofrendo mutações ao longo de um extenso decurso temporal, essa categoria rompeu-se com o seu padrão natural.

Para efetivar o trabalho começou-se a exigir questões distintas da ordem natural, meramente biológica, ou seja: *a)* criaram-se instrumentos, efetivando uma atuação não imediata sobre a matéria natural; *b)* o trabalho realizado não incide na tentativa de cumprir determinações genéticas, ao contrário, exige que haja habilidades e conhecimentos que são construídos historicamente e desenvolvidos socialmente adquiridos, primeiramente, por meio de repetição e experimentação e *a posteriori* por meio de transmissão mediante o aprendizado; *c)* o trabalho não é executado para atender e criar um elenco limitado de invariáveis necessidades, pois as formas de atender mesmo as necessidades mais elementares (alimentação, vestimenta, transporte, etc.) variam por inúmeras formas de suprir tais necessidades (NETTO; BRAZ, 2011).

Contudo, o trabalho na saliência do modo de produção capitalista gera uma ostensiva degradação do ser humano. Essas condições são muito bem anunciadas por Marx (2011) em *O Capital*, no momento que o autor expõe os condicionantes estruturais do capitalismo. Nesse caso, iremos nos ater na explicitação da divisão do trabalho e a situação do ser humano na busca de suprir suas necessidades vitais. Marx (2011, p. 427, itálicos nosso), extrai da obra de *John Stuart Mill* a seguinte afirmação: “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano.” E, após esse posicionamento, Marx argumenta: “Mill deveria ter dito: De algum ser humano que não viva do trabalho alheio. As máquinas aumentaram, certamente, *o número dos abastados ociosos*”.

Dessa questão podemos retirar elementos que compõem a forma de exploração do ser humano por meio da sua força de trabalho. Encontramos vestígios nessa simples – e ao mesmo tempo complexa – frase das categorias sobre a dinâmica que se dá no processo de exploração do trabalho alheio e, por

consequência, a produção da mais-valia, o “imoderado” trabalho excedente ditado pela jornada de trabalho.

Mesmo com o incremento da tecnologia com o passar do tempo nas produções, a utilização da força de trabalho² do ser social continuava precário e desigual. “[...] a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração” (MARX, 2011, p. 452).

Durante todo esse processo vigente das relações sociais situadas no interior do modo de produção capitalista, observamos que esse sistema se articula num emaranhado de contradições e,

Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la (MÉSZÁROS, 2009, p. 19, itálicos no original).

O mesmo autor ainda assevera o debate ao mencionar que “[...] o antagonismo entre o capital/trabalho é um *antagonismo de classes* fundamental, que subjugava a esmagadora maioria da sociedade à dominação estrutural hierárquica do capital” (MÉSZÁROS, 2010, p. 05-06, itálicos no original).

Durante toda essa vigência do capitalismo este se elabora e reelabora para a sua conservação. Portanto, em meados do século XX surgiu historicamente um novo estágio do capitalismo que se denominou de imperialismo. Um dos principais cerne desse novo estágio se desempenha no capital financeiro. De acordo com Lênin (1977, apud NETTO; BRAZ, 2011, p. 190):

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a

² Lembramos que a partir da mecanização da indústria começou o processo de colocar na função de produção crianças e mulheres. Isso porque “Tornado supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças” (MARX, 2011, p. 451).

exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

No atual momento, o imperialismo tomou outras formas para sua sustentação. Neto e Braz (2011) comentam que vários fatores, como a desaceleração do crescimento, a rápida queda da taxa de lucro, o aumento dos custos das garantias conquistadas pelos trabalhadores – via o movimento sindical – e principalmente a recessão generalizada nos anos de 1974 e 1975 fizeram com que houvesse uma nova estratégia política global. Iniciaram-se os ataques aos movimentos sociais, diminuiu o poder de atuação desses movimentos para poder interferir sem restrições na força de trabalho.

Destarte, no denominado fim dos “anos dourados” sai de cena o modo de produção hirto, característica do taylorismo-fordismo, começando a inaugurar um novo modelo de produção caracterizado pelo movimento da *acumulação flexível do capital* (conhecido também como modelo toyotista de produção).³ Neto e Braz (2011) denominam essa fase como a terceira fase do imperialismo. Em suma, o posicionamento do ser humano irá se perpetuar na mesma condição que *a priori* e, partindo para um movimento ainda mais “brutal” na exploração do humano, ou seja, proclamando e efetivando ainda mais a degradação do indivíduo.

As características de novo modo de produção, de acordo com Gounet (1999), apresenta-se por três condições: 1) a intensificação do trabalho; 2) o trabalho realizado de maneira mais rápida para diminuir o “tempo morto” do trabalhador; 3) cumprem-se novas funções pelo mesmo trabalhador no interior da produção. Ainda na compreensão do mesmo autor a acumulação flexível do

³ Em nota de proposição sobre esse momento histórico, trazemos à tona uma passagem de Anderson (2012, p. 342) afirmando que: “A comparação sociocultural não é tão clara quanto a material ou a letal, mas a ênfase da narrativa é dada às “décadas de crise” dos anos de 1970 e 1980, quando os laços morais que davam coesão imemorial à vida humana – família, origem, trabalho, religião, classe social – se romperam. O resultado foi a disseminação de um “individualismo absolutamente a-social”, cujos custos psicológicos foram compensados cada vez mais pela excêntrica fixação coletiva nas políticas de identidade. Aqui, é certamente mais plausível assumir um desenvolvimento unidirecional amplo do que no caso de crescimento econômico ou morte violenta”.

capital em sua especificidade adere elementos como a produção impulsionada pela demanda e o crescimento do fluxo, a flexibilização da organização de trabalho, excluindo o parcelamento das tarefas, fundando o trabalho em equipe, a produção em célula.

Gounet (1999, p. 29) resumiu esse sistema da seguinte maneira: “[...] diríamos que é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”.

Argumentando ainda sobre o modo de produção flexível, explicitamos uma passagem de Harvey (2012, p. 140, itálicos no original) ao mencionar que

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O capital nesse estágio imbrica na fragmentação da consciência de classe dos trabalhadores, adotando discursos, por exemplo, que a empresa é a “casa” dos trabalhadores e o êxito ou o fracasso dessa empresa deve estar vinculado ao êxito ou fracasso pessoal de cada trabalhador. Nesses discursos, os trabalhadores não são mais caracterizados como “operários” ou “empregados”, mas sim como “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” (NETTO; BRAZ, 2011).

Estamos diante das “[...] mutações em curso [que] são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 2009, p. 52).

Certamente, é nesse ideário no qual estamos submersos e, portanto, que a Educação Física escolar está inserida. No entanto, a teorização – a qual apresentaremos a seguir – desta área do conhecimento que fomenta a promoção

de saúde e a qualidade de vida do ser humano, sustentando-se pelo positivismo, proclama unicamente para a propulsão de fazer com que o ser humano esteja da melhor forma possível – sob uma forma unilateral –, cuja finalidade se dá na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. É levando em consideração tais questões que passamos para o próximo momento do nosso artigo.

A relação sobre a promoção de saúde e a qualidade de vida com a Educação Física escolar: apontamentos referentes à formação humana

Não é novidade alocar o objeto de estudo da Educação Física escolar no âmbito da promoção de saúde e da qualidade de vida dos indivíduos, cooperando e intervindo no “bom” estado físico do indivíduo, deixando longe dele “os comportamentos considerados de risco”.

Nahas (2003, p. 19, negritos no original), no âmbito dessa perspectiva para a Educação Física escolar, afirma que os elementos que caracterizam o estilo de vida são o “[...] conjunto de ações habituais que refletem as **atitudes**, os **valores** e as **oportunidades** na vida das pessoas”. Portanto, seguindo as orientações desse autor, são esses elementos que a Educação Física escolar deve preconizar no decorrer das suas aulas.

Passamos, então, a analisar esses preceitos da teorização de Nahas (2003) no que diz respeito à proposição para a Educação Física escolar e o seu objeto de estudo. Antes de entrarmos de fato nesse debate situamos, historicamente, que no interior da Educação Física no campo escolar houve e ainda há (como é o caso da teorização de Nahas), teorizações que apontam como objeto de estudo dessa área do conhecimento o incentivo à atividade física, logo, a aptidão física, a promoção de saúde e a qualidade de vida dos indivíduos (SOARES, 2007).

Segundo o Coletivo de Autores (1992, p. 36) essa perspectiva da Educação Física

Apoia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente, nos biológicos para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor que disputa uma situação social privilegiada na sociedade de livre concorrência: a capitalista.

Em epítome, destina-se a Educação Física escolar para a contribuição eminente da educação “corporal” do ser humano em prol das necessidades do modo de produção capitalista. Darido (2003, p. 18) menciona que na década de 1990, no Brasil, as discussões em torno da Educação Física nessa perspectiva (positivista e biológica) assumem novamente vigor no campo acadêmico e escolar. A autora afirma que nesse momento alguns dos pensadores da área do conhecimento começaram “[...] a refletir a Educação Física na escola dentro de uma perspectiva biológica, na tentativa da superação dos modelos higiênicos e eugênicos, tão presentes na construção histórica da área”.

Podemos mencionar a teorização de Guedes e Guedes (2002)⁴ e, principalmente, de Nahas (2003) como os principais componentes no grupo de autores que balizam a Educação Física no campo da promoção de saúde e da qualidade vida. Contudo, em nossa opinião, a teorização de Nahas (2003) é a que mais procura apresentar uma proposição sobre a promoção de saúde e da qualidade de vida, tomando como (suposta) fundamentação os vigentes condicionantes sociais. Nessa teorização é que passamos a nos deter.

Nahas define qualidade de vida como “[...] *a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e sócio-ambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano*” (NAHAS, 2003, p. 14, *itálicos no original*). Os parâmetros individuais, ainda no contexto do autor,

⁴ “Guedes & Guedes [...] ressaltam que uma das principais preocupações da comunidade científica na área da Educação Física e da saúde pública é levantar alternativas que possam auxiliar na tentativa de reverter a elevada incidência de distúrbios orgânicos associados à falta de atividade física” (DARIDO, 2003, p. 18).

são: a hereditariedade e o estilo de vida (hábitos alimentares, controle do stress, atividade física habitual, relacionamentos, comportamento preventivo). Os parâmetros sócio-ambientais, por sua vez, são: moradia, transporte, segurança, assistência médica, condições de trabalho/remuneração, educação, opções de lazer, meio-ambiente.

Dessa forma, Nahas (2003) utiliza os norteamentos para analisar os condicionantes supracitados da sociedade, apenas pelos dados quantitativos como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁵.

Outro argumento quantitativo utilizado são as comparações “numéricas” realizadas entre as nações – entre os Estados –, ou seja, abordando os condicionantes sociais sob uma ótica unilateral. Em nota de proposição, então, Nahas (2003) sugere como eixo a ser trabalhado no interior da Educação Física escolar o denominado “pentágulo do bem-estar”, composto pelo cuidado da nutrição, do controle do stress, dos relacionamentos, da atividade física e do comportamento preventivo.

Na configuração do autor é sobre esses aspectos, ou melhor, sobre esse “pentágulo do bem-estar” que se restringe a Educação Física escolar e, destarte, que esta possui condições concretas de interferir na promoção de saúde e na qualidade de vida dos indivíduos.

Todavia, compreendemos, primeiramente, que é um equívoco atrelar o objeto de estudo da Educação Física escolar apenas aos elementos do denominado “pentágulo do bem-estar” e, segundo, que é impossível intervir na realidade dos indivíduos em benfeitoria da promoção de saúde e da qualidade de vida se atendo a aspectos quantitativos e esvaziando a reflexão e o debate desses conceitos no interior dos movimentos históricos e contraditórios do atual

⁵ Obviamente não está no estofo desse trabalho apresentar os condicionantes que compõe a ONU. Mas, cabe deixar claro que, em nossa compreensão, esse elemento é mais um condicionante coercitivo da sociedade capitalista, estando em benefício apenas dos interesses da classe dominante.

momento do modo de produção capitalista. Cadenciando, por conseguinte, essa área do conhecimento a uma tentativa de contribuição para o apaziguamento dos severos impactos da força de trabalho, da exploração objetiva e subjetiva do ser humano.

Dessa forma, apontamos que os subsídios teóricos utilizados por Nahas (2003) sobre a promoção de saúde e da qualidade de vida como objetos inerentes e exclusivos da Educação Física escolar toma como base de maneira muito superficial os preceitos positivistas, tais como que “A sociedade é regida por leis naturais, isto é, invariáveis⁶, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural” (LÖWY, 2009, p. 19-20).

Observamos, ainda, uma explicação da condição da atual realidade social baseada em um posicionamento “[...] casual dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos” (LÖWY, 2009, p. 19-20). Isto é, de uma forma linear, causa-efeito.

As formulações positivistas e, principalmente, as de Nahas (2003) excluem, por exemplo, a totalidade em suas proposições frente o atual modo de produção. Em momento algum se percebe uma análise “macro” para responder indagações no “micro” contexto social. O condicionante para uma boa qualidade de vida depende – na abordagem citada acima –, impreterivelmente, da ação individual de cada ser humano.

Nahas (2003), aderindo de maneira explícita ou implícita às determinações positivistas, parte do axioma da neutralidade valorativa. Nega o condicionamento histórico-social da sociedade e dos indivíduos; exclui a existência da fragmentação da sociedade por classes sociais; a ciência, nesse caso, é soberanamente despreendida de vínculos sociais e, portanto, oculta as características do modo de produção capitalista ao efetivar proposições para o

⁶ No condicionante do positivismo, as questões econômicas fazem parte do grupo das leis invariáveis (LÖWY, 2009).

objeto de estudo da Educação Física escolar. Esses condicionantes escapam-se do “[...] campo conceitual e teórico do positivismo” (LÖWY, 2009, p. 20).

Em contraposição, entendemos que a promoção de saúde e da qualidade de vida dos indivíduos, no modo de produção capitalista, está situada em um campo de debate em que há fragmentação da consciência de classe do ser humano. E, com isso, impõe-se um pensamento ideológico conservador, cujo discurso da necessidade da promoção de saúde e da qualidade de vida dissimula o autêntico interesse conservador que há no modo absoluto de manter a classe trabalhadora em níveis e em “suposições” de qualidade de vida em proveito da máxima exploração dessa classe.

Com isso, cria-se um “ritual” onde o modo de produção, na sua capacidade de exploração, primeiramente “degenera” o ser humano enquanto humano e, posteriormente, “tenta” recuperar esse indivíduo até certo ponto pertinente para que continue sendo explorado, expropriado da sua própria existência e da sua capacidade de ser, de fato, um ser humano. A Educação Física escolar atendendo esses preceitos assume um posicionamento conservador do *status quo*, promovendo uma impossível conciliação do atual *modus vivendi*.

Considerações finais: o começo de uma discussão

Ressaltamos que a Educação Física escolar não tem como único componente curricular a promoção de saúde e a qualidade de vida. Esses elementos devem estar inseridos nos demais elementos que contribuam para a formação omnilateral do ser humano, ou seja, a formação integral do indivíduo. Com isso, torna-se impossível fragmentar tais componentes. Agindo dessa maneira, caímos no logro do movimento conservador existente na atual sociedade.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 12, nº 18 – 2014

Concluimos que os aparatos elementares da teorização de Nahas (2003) não contribuem para a promoção de saúde e a qualidade de vida do indivíduo. O autor não apresenta proposições superadoras da condição de trabalho atualmente regida pelo modo de produção baseado na acumulação flexível do capital, ou seja, baseado na esquizofrenia, no individualismo, na autogestão, no ecletismo, na descentralização, na desconstrução, na alta taxa de desemprego, etc.

Pelos atributos analisados torna-se inerente a falta de sentido para uma consciência de classe, para uma responsabilidade social que a Educação Física escolar deve ter. Essa responsabilidade, na perspectiva de Nahas (2003), se torna inexistente e não apresenta indícios para a superação da atual condição social e, conseqüentemente, na saúde do ser humano.

Para que se tenha, efetivamente, a qualidade de vida de todos os seres humanos torna-se imprescindível a transformação social. Não há possibilidade de todos os indivíduos terem qualidade de vida digna de uma condição humana baseada em tudo aquilo que a humanidade produziu historicamente e desenvolveu socialmente se apenas a minoria tem acesso. Enfocar no viés do “pentáculo do bem-estar” – como adverte Nahas (2003) –, é estar tentando controlar algo incontrolável, ou seja, é não estar contribuindo para a superação dos malefícios da expropriação do humano provocada pelo modo de produção capitalista.

Referências

ANDERSON, P. **Espectro**: da direita à esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2003.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Crescimento, composição corporal e desempenho motor de crianças e adolescentes**. São Paulo: CLR Balieiro, 2002.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismos e o positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 01, vol. 01, 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Século XXI**: socialismo ou barbárie? 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. A reorientação marxiana do método. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 38e (número especial), p. 05-20, 2010.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 12, nº 18 – 2014

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida:** conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NETTO, P. J.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, C. L. **Educação física:** raízes europeias e Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

TUMULO, P. S. Trabalho, ciência e reprodução do capital. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana:** frente à necessidade histórica de revolução. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. p. 157-162.

Recebido em abril de 2014

Aprovado em julho de 2014